

## COMÉRCIO E CIÊNCIA

**\* Roberto Rodrigues**

O acordo entre a União Europeia e o Mercosul, assinado em 28 de junho passado, teve dois grandes impactos positivos para o Brasil e os demais membros do nosso bloco: por um lado, foi um torpedo contra o neo-protecționismo que se desenhava como resultado da "guerra comercial" entre Estados Unidos e China, dada a expressiva parcela da população e da economia abrangidas pelo acordo. Por outro lado, nos traz de volta ao grande jogo do comércio global do qual estávamos afastados desde que a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) foi abandonada em 2003. A falta de acordos bilaterais com países relevantes, a nossa ausência da TPP (Parceria Trans-Pacífico), e a trava da Rodada de Doha da OMC estavam nos deixando fora de programas estruturados de comércio, embora tenhamos crescido muito nas exportações, sobretudo para a China.

Portanto, o acordo UE/Mercosul nos coloca de fato numa nova e alvissareira condição de jogadores importantes no comércio mundial. Aliás, outros países já se manifestaram favoravelmente a maior aproximação conosco, como Estados Unidos e Japão. E também vamos caminhando em acordos com Canadá e Coreia do Sul.

Mas na verdade o jogo nem começou. Ainda terá que ser aprovado pelos Parlamentos de todos os países dos dois blocos, o que pode levar uns 2 ou 3 anos. E depois teremos que negociar ponto por ponto o que vai acontecer com quotas, tarifas, barreiras não tarifárias e ter uma atenção especial com o chamado "princípio da precaução", pelo qual eventualmente alguns avanços podem ser negados.

Este é um jogo que só podemos ganhar ou ganhar, o que implica na montagem de um time vencedor, competente e persistente, com players públicos e privados trabalhando juntos pelo país e pelo bloco. E sabendo que boa parte da torcida é contra, como já se está observando pelas reações de produtores de alguns países europeus. Será fundamental trabalhar com o tema da promoção das nossas vantagens competitivas, com ênfase para a demonstração da sustentabilidade de nossa produção, o que significa inverter a atual equação de percepção e realidade, em que a primeira domina em função de erros de comunicação por parte de agentes do governo e por ausência do setor privado.

Há, portanto, uma gigantesca tarefa por realizar, em especial no que diz respeito à agropecuária. Esse setor responde sistematicamente, desde 2010, por mais de um terço do valor das nossas exportações. Respondemos por 95% do comércio mundial de suco de laranja, por 50% do complexo soja, 35% de carne de frango, 34% de açúcar, 30% de café (verde, torrado e solúvel), 17% de carne bovina, 16% de milho, 11% de algodão, 6% de carne suína, 5% de animais vivos, 2% de cacau, rações e arroz, e apenas 1% ou menos em frutas (uvas, cítricas, bananas), chocolates, óleo de palma, cervejas. Podemos crescer muito em todos eles, mas somos responsáveis por medíocres 0,3% do comércio mundial de pescados e 0,2% de lácteos, sem falar em outros grãos, como amendoim, trigo, sorgo, gergelim, em que temos potencial. Falta pesquisa e programas para isso tudo, e o acordo exige este trabalho.

Mas não basta: teremos que abrir mais o nosso mercado. A União Europeia exportou no ano passado 168 bilhões de dólares de produtos agropecuários, mas importou 182 bi; os Estados Unidos exportaram 156 bi, mas importaram 165 bi; a própria China exportou 79 bilhões e importou 137. Enquanto isso, o Brasil exportou 85 bilhões de dólares e só importou 11. É insustentável, temos que flexibilizar nosso mercado. Mas por outro lado, temos que investir muito mais do que fazemos em inovação tecnológica, em gestão, em infraestrutura e em logística, para citar apenas alguns temas centrais.

E nesse ponto vale uma reflexão sobre o estado das instituições de pesquisa agropecuária no Brasil.

Nas últimas semanas veio a público o tema da escolha de uma nova diretoria para a Embrapa, objeto de atenção do Ministério da Agricultura. Vale a pena uma discussão mais ampla sobre o assunto, dada a seriedade que contém.

Ninguém tem dúvida quanto ao destacado papel da pesquisa e da inovação tecnológica no espetacular avanço da agropecuária brasileira nos últimos 50 anos. E para deixar isso claro, nunca é demais ressaltar que até os anos 60 o Brasil era importador de alimentos, e hoje estamos entre os maiores exportadores mundiais.

O trabalho da Embrapa nessa mudança foi notável, mas não foi o único. Institutos estaduais de desenvolvimento tecnológico, Universidades e mais recentemente empresas privadas, também tiveram participação nesse processo. E é uma pena observar a penúria em que muitos deles estão hoje mergulhados, fruto da desatenção de governos estaduais nas últimas décadas. O célebre Instituto Agrônomo de Campinas talvez seja o exemplo mais triste disso: no passado teve importância capital na criação de variedades promissoras de café, laranja, algodão, milho, cana-de-açúcar, arroz, feijão, produtos que antes do advento da soja foram o esteio do agro brasileiro, sem falar em técnicas de cultivo e tratos culturais também desenvolvidos. Aliás, desde os anos 40 o IAC fazia pesquisas sobre a utilização do cerrado na produção agrícola e de pastagens, que mais tarde a Embrapa ampliou e mostrou o potencial dessa fronteira agrícola que os antigos desprezavam.

Portanto, é até desperdício de tempo defender a pesquisa, dada a obviedade do tema. E exigir dos governos estaduais uma maior atenção para com seus institutos é uma obrigação da sociedade em geral, dados os benefícios auferidos por ela quanto à abundância da produção e a consequente queda de preços dos produtos essenciais para a vida quotidiana, como alimentos, energia e fibras.

Por outro lado, o cenário rural que orientou a criação da Embrapa em 1973 mudou completamente, e é muito relevante discutir o seu modelo de funcionamento, e eventualmente até mesmo sua característica de Empresa Pública de Direito Privado.

Os Centros de Pesquisa da Embrapa foram criados com base nas demandas de produtos específicos e suas eco-regiões. O exemplo do notável Centro de Soja, em Londrina, é interessante: era um produto mais voltado para o

sul e sudeste do país, e hoje está plantado do norte ao sul, do leste ao oeste, graças às variedades desenvolvidas pela empresa e que se adaptaram a todas as regiões.

Ou seja, houve uma grande mudança de áreas de cultivo dessa leguminosa, da qual o Brasil é responsável por mais da metade do comércio global. Como essa, outras novidades ficaram explicitadas pelo último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, e que demandam uma reestruturação da Embrapa.

Outro recente estudo socioeconômico mostra que cerca de 20% dos agropecuaristas brasileiros produzem cerca de 80% do Valor Bruto da Produção nacional, certamente grandes produtores que tiveram acesso a inovações técnicas. Isso poderia significar a marginalização dos pequenos, o que seria péssimo para o tecido social e político no campo. E pode ficar pior, com a chegada da biotecnologia, da nanotecnologia, da bioeconomia, da inteligência artificial, da conectividade, da internet das coisas, da digitalização. A era digital vem trazendo automação, algoritmos, softwares, sensores, drones e robôs, e aí de quem ficar fora disso tudo. Que dizer da sustentabilidade, essencial para a competitividade? E nesse capítulo, onde estão os estudos definitivos sobre biomas como o pantanal, a caatinga, a floresta tropical úmida? Ou a exploração sustentável da floresta amazônica? Onde a contribuição para o Pagamento por Serviços Ambientais explicitado no rigoroso Código Florestal?

Enfim, há uma enorme agenda a ser trabalhada pela ciência do agro, que demanda a revisão do Sistema nacional de Pesquisa Agropecuária criado nos anos 70 sob a coordenação da Embrapa e que incorpore para valer as demais instituições de pesquisa de estados, Universidades e empresas privadas.

Como insiste Sílvia Crestana, grande ex-presidente da Embrapa, está em tempo de "construir um novo pacto da Embrapa com a sociedade e o mercado para redefinição de papéis da pesquisa do setor público e privado", e de elaborar um modelo jurídico que dê maior agilidade e flexibilidade à empresa, com redução da burocracia e acesso a recursos internos e internacionais.

Ciência e comércio estão muito ligadas: a duríssima competição por mercados só será vencida pelos países que respeitarem e estimularem a tecnologia desenvolvida pela ciência.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas**